

# Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo\*?

Cinzia Aruzza\*\*

## **Resumo:**

A autora recupera o debate, que permanece aberto, acerca da controversa relação entre o feminismo e o marxismo. É possível uma união entre o marxismo e o feminismo? Procurando levar a discussão para além das fronteiras anglo-saxônicas, sugere pistas de discussão e de pesquisa sobre a “união queer” entre marxismo e feminismo, o que poderia contribuir para o fim do divórcio entre feminismo e movimentos sociais, ou melhor, para a (re)associação da luta pela libertação das mulheres ao conteúdo de classe.

**Palavras-chave:** Feminismo. Marxismo. Patriarcado. Classe social.

A metáfora empregada por Heidi Hartmann em “The unhappy marriage of marxism and feminism”<sup>1</sup> ilustra bem a aproximação fracassada entre teoria feminista e teoria marxista, do ponto de vista das debilidades do marxismo. Essa união, diz ironicamente Hartmann, reproduz de fato a lógica do casamento entre homem e mulher que está presente na lei comum inglesa: do mesmo modo que para marido e mulher, marxismo e feminismo são uma coisa só, e essa coisa é... o marxismo. Sempre que a questão dessa união foi levantada, ela serviu ou para negar a especificidade da opressão das mulheres, ou para demonstrar que se trata de uma opressão *secundária*, subordinada e menos importante que a exploração.

O artigo data de 1979, mas a questão permanece aberta. Nas últimas duas décadas, uma parte das correntes feministas marxistas, ou próximas do marxismo, de língua inglesa tentou abordar os problemas cruciais que suscita uma verdadeira

---

\* Este artigo é resultado da reelaboração do último capítulo de meu livro *Las sin parte. Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*, Crítica & Alternativa, 2010. O livro é dedicado à memória de Daniel Bensaid, assim como este artigo. Traduzido do francês “Vers une union *queer* du marxisme et du féminisme ?”, *Contretemps*, n. 6, 2010. *Lutas Sociais* agradece à autora por autorizar a publicação e à Fátima Murad por traduzi-lo.

\*\* Professora assistente de Filosofia da New School for Social Research. End. eletrônico: arruzzac@newschool.edu

<sup>1</sup> O artigo foi publicado pela primeira vez em 1979 e depois reproduzido em 1981 no livro coordenado por Lydia Sargent (1981). Esse livro é uma coletânea de intervenções em resposta ao artigo de Heidi Hartmann. Vamos nos restringir à resposta de Iris Young (1981: 43-69).

(*more progressive*) união de marxismo e feminismo, ou a elaboração de uma teoria marxista que seja igualmente feminista de maneira coerente. Do ponto de vista analítico, toca-se em questões de fundo, como a existência de dois sistemas reciprocamente autônomos – patriarcado e capitalismo –, a relação entre opressão das mulheres e exploração da força de trabalho, o papel da opressão de gênero no interior das relações capitalistas de produção e, de maneira mais geral, a relação entre gênero e classe e as consequências na composição de classe, tanto política quanto social.

No presente artigo, tentarei resumir muito brevemente alguns desses debates, que são em grande parte pouco conhecidos e, portanto, pouco discutidos fora dos países de língua inglesa, para em seguida sugerir pistas de discussão e de pesquisa que possam nos aproximar do que chamarei de “união *queer*” entre marxismo e feminismo: *queer*, pois, para realizar essa união seria necessário questionar a distinção e a separação de seus respectivos papéis e tarefas<sup>2</sup>. Trata-se, a meu ver, de uma questão inteiramente atual quando se pensa nas consequências do divórcio entre feminismo e movimentos sociais, ou melhor, da dissociação da luta pela libertação das mulheres de qualquer conteúdo de classe: da academização e da institucionalização do feminismo à apropriação de palavras de ordem feministas pelas forças liberais, até a utilização, nos últimos anos, do pretexto oportunista da defesa das mulheres para justificar intervenções imperialistas (como no Afeganistão) ou políticas de discriminação em face das comunidades de imigrantes<sup>3</sup>.

### **A teoria dos dois sistemas**

Em “The unhappy marriage”, Hartmann tenta encontrar uma saída para o problema da combinação de marxismo e feminismo, mediante o desenvolvimento de uma teoria dos dois sistemas, a saber, patriarcado e capitalismo. Seu ponto de vista é o que ela concebe como os limites estruturais da teoria marxista na análise da opressão das mulheres, que teria sido considerada tendencialmente uma opressão secundária, subordinada à exploração de classe. A intuição de Engels, em *A origem da família*, de que a produção-reprodução da vida imediata, fator determinante da história, se compõe de dois aspectos – a produção de meios de subsistência e a produção de seres humanos enquanto tais –, e de que

---

<sup>2</sup> Eu não poderia, portanto, discutir aqui o debate francês, mas remeto aos escritos de Josette Trat (1997: 175-192), como também aos de Antoine Artous (1999).

<sup>3</sup> Desse ponto de vista, a Itália foi mais uma vez o “laboratório do mal”: basta ver como a palavra de ordem da defesa das mulheres contra a violência masculina foi utilizada ali em 2007 e 2008 para criminalizar a comunidade romena, após casos de violações, e para conseguir aprovar depois leis de conotação racial.

essas duas formas de produção são socialmente determinadas, não teria sido aprofundada nem pelo próprio Engels, nem pelo marxismo posterior<sup>4</sup>. Isso teria contribuído para a natureza *sex-blind* (assexuada) das categorias marxistas, o que teve consequências não somente do ponto de vista da subestimação da condição de opressão das mulheres, mas também da capacidade de compreender a realidade complexa do capitalismo. Categorias como “classe”, “força de trabalho”, “exército de reserva” seriam, portanto, *sex-blind*, por reproduzirem a natureza *sex-blind* das leis de desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Hartmann, o capitalismo, de fato, cria permanentemente hierarquias no interior da força de trabalho. Contudo, suas próprias leis de desenvolvimento não são suficientes para determinar quem é destinado a ocupar esta ou aquela posição no interior dessa hierarquia, pois, do ponto de vista das “puras leis do movimento” do capital, é totalmente indiferente que sejam homens ou mulheres, brancos ou negros que ocupem as posições inferiores. Na medida em que as categorias da crítica da economia política apenas refletem as leis de desenvolvimento do capital, elas são igualmente impotentes para explicar as diferentes posições de uns e de outros na hierarquia. Em outras palavras, a noção de classe não é suficiente, e deve ser integrada às noções de gênero, raça, nacionalidade e religião. Assim, o que permite ao capitalismo preencher os espaços vazios das hierarquias que ele próprio criou não são suas leis internas, mas sim as leis de um outro sistema, o sistema patriarcal, que, mesmo estando hoje fortemente entrelaçado ao capitalismo, possui uma vida autônoma.

A definição do patriarcado apresentada por Hartmann procura, através de sua historicização, escapar da armadilha de fazer dele uma estrutura universal e invariável. Para ela, não é possível, então, falar de um patriarcado em estado puro, pois suas bases materiais estão sempre ancoradas em modos de produção determinados que modificam seu caráter e sua natureza. Assim, deve-se falar de patriarcado escravagista, de patriarcado feudal, de patriarcado capitalista, etc. Ao historicizar o patriarcado, Hartmann desenvolve, portanto, uma posição que difere de uma outra tentativa de articulação dos dois sistemas, feita por Juliet

---

<sup>4</sup> A intuição, na verdade, deve-se também a Marx: ela é fundamental, não obstante o fato de não ter sido desenvolvida do ponto de vista do trabalho doméstico das mulheres e de seu papel na reprodução no sentido biológico em *O Capital* (cf., por exemplo, o capítulo VIII do Livro I). Uma das tentativas de preencher essa lacuna foi a elaboração pelo feminismo operaísta, em particular por Mariarosa Dalla Costa, de uma teoria da exploração capitalista do trabalho doméstico como trabalho diretamente produtivo, não somente de mercadoria-força de trabalho, mas também de mais-valia, extorquida pelo capital através do trabalho assalariado do marido (Dalla Costa, 1973). Para um exame da tese feminista operaísta dos anos 1970 e uma versão “pós-operaísta” do problema do trabalho de produção-reprodução, pode-se consultar Alisa del Re (2008: 137-153).

Mitchell (1978) em *Psicanálise e feminismo*<sup>5</sup>.

Ao contrário de Mitchell, Hartmann afirma que o que muda não são apenas as formas sob as quais se expressam as estruturas patriarcais que, de outro modo, permaneceriam invariáveis em relação aos diferentes modos de produção, mas também as próprias estruturas, à medida que suas bases materiais se modificam. Porém, apesar de seu entrelaçamento, modo de produção e sistema patriarcal são ambos regidos por suas próprias leis internas, específicas, que podem estar em sintonia, mas também em conflito. Não perceber a relativa autonomia própria a cada um dos dois sistemas seria, portanto, um obstáculo à compreensão da natureza das contradições entre as leis *sex-blind* do capital e as leis específicas do sistema patriarcal.

Entre as numerosas críticas e objeções dirigidas a Hartmann – e publicadas em *Women and Revolution* – a de Iris Young (1981) focaliza a questão da contribuição do gênero à articulação da divisão do trabalho e a recusa de relegar o marxismo ao domínio das categorias econômicas *sex-blind*.

O primeiro argumento de Young é que a preexistência da opressão das mulheres ao advento do capitalismo – portanto, o fato de que este não é a causa originária dessa opressão – não é uma razão suficiente para afirmar que ela compõe um sistema autônomo. De fato, o mesmo ocorre com a sociedade dividida em classes e a exploração: assim como a opressão das mulheres, estas não são uma criação do capitalismo, e já constituíam a base dos modos de produção escravagistas e feudais. Isso não implica que a divisão em classes e a exploração constituam estruturas autônomas, que se modificam historicamente através da sucessão de modos de produção, ao mesmo tempo em que preservam uma autonomia em relação a estes últimos. Em outras palavras, a divisão em classes não é um sistema separado do modo de produção que a determina, embora seja encontrada em vários modos de produção diferentes ao longo da história. Por que seria diferente com o patriarcado?

O segundo argumento é de natureza mais geral, e diz respeito às categorias analíticas próprias ao marxismo. A teoria dos dois sistemas, sustenta Young, permite ao marxismo tradicional continuar subestimando o papel do gênero nas relações de produção e utilizando categorias *sex-blind* na análise do capitalismo e das mudanças sociais, e com isso deixa ao feminismo a tarefa de analisar o patriarcado. Seria melhor, afirma Young, trabalhar em uma séria revisão do mar-

---

<sup>5</sup> Segundo Mitchell, de fato, as estruturas patriarcais têm uma natureza psicológica e ideológica a-histórica que se mantém de um modo de produção a outro. Da interação entre essas estruturas e um modo de produção determinado decorrem as variações na maneira como essas estruturas se articulam e se particularizam, dando formas de manifestação diferentes à opressão das mulheres.

xismo, mediante a elaboração de uma teoria da divisão do trabalho com base no gênero, no trabalho de reprodução no interior da família e na hierarquia sexual da força de trabalho na produção.

Isso não encerrou a discussão sobre os dois sistemas. Ela reaparece alguns anos mais tarde, por exemplo, no debate que opõe Johanna Brenner e Maria Ramos (1984: 33-71), de um lado, e Michele Barrett (1980; 1984:123-128), de outro<sup>6</sup>. O cerne da discussão é a relação entre ideologia de gênero e bases materiais da opressão das mulheres: é a opressão material e econômica que representa a fonte da ideologia patriarcal ou, ao contrário, é esta última que tem efeitos concretos, mesmo no plano da estrutura econômica, tal como a divisão sexual do trabalho?

Para além dos disparates que em parte caracterizaram a discussão, essa questão é crucial. Diz respeito, na verdade, à relação entre ideologia (ou cultura) e economia (no sentido das relações de produção), ao peso respectivo dos dois aspectos na opressão específica das mulheres e à capacidade do marxismo de considerar a importância da dimensão ideológica. Esta condiciona a possibilidade desenvolver uma teoria que consiga escapar da dicotomia das opressões e das tarefas, segundo a qual o marxismo supostamente aborda a crítica da economia política através de suas categorias puramente econômicas, quando deveria emprestar do feminismo a crítica da ideologia patriarcal e da construção cultural do gênero. E isto afeta igualmente o problema do estatuto da ideologia no que se refere às relações de produção: não seria preciso, de fato, abandonar uma concepção da ideologia como “falsa consciência” para compreendê-la, em vez disso, como uma verdadeira força material fortemente enraizada nas relações de produção<sup>7</sup>? E, no caso específico da ideologia patriarcal, será que, em sua forma atual, ela é um produto do capitalismo, ou se deve abandonar a ideia uma causalidade unilinear infraestrutura/superestrutura para compreender seu entrelaçamento recíproco?

Seria preciso, portanto, examinar a forma como a ideologia patriarcal contribuiu para amoldar a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo e entre setores de trabalho, sendo ela própria profundamente modificada e, de certa forma, “recriada” pela afirmação e pelo desenvolvimento do capitalismo. Isso permitiria superar a ideia de que as leis do desenvolvimento do capitalismo são, no conjunto, *sex-blind*.

---

<sup>6</sup> Por outro lado, Johanna Brenner foi uma das protagonistas de uma outra grande controvérsia em língua inglesa a propósito da relação entre gênero e classe, a saber, o debate histórico sobre a transformação da família nas origens do capitalismo industrial e as mudanças nas condições de vida e o papel das mulheres. Essa é uma discussão que não é possível resumir neste artigo.

<sup>7</sup> Essa é a posição, por exemplo, de Eagleton (1991).

## Reconhecimento ou redistribuição?

A questão da relação entre “ideologia” e “economia”, no que se refere à opressão das mulheres e ao capitalismo, ressurgiu em outro debate, em meado dos anos 1990, nas páginas da *New Left Review*. Ele propunha fazer uma avaliação sobre o divórcio entre as políticas de identidade e de reconhecimento, de um lado, e as lutas sociais, de outro. Em outro artigo, Iris Young (1997:147-160) qualifica como uma “teoria dos dois sistemas” a posição elaborada por Nancy Fraser (1995: 68-93)<sup>8</sup> em “From redistribution to recognition?”. Young baseia-se na distinção feita por Fraser entre dois paradigmas analíticos aos quais poderiam ser remetidas, segundo ela, as diferentes formas de manifestação da justiça e da injustiça, a saber, reconhecimento e redistribuição<sup>9</sup>.

Os argumentos empregados por Young em sua crítica a Fraser organizam-se em diversos níveis. Antes de tudo, ela contesta a redução analítica das formas de injustiça a dois paradigmas, e propõe, em lugar disso, uma categorização segundo cinco paradigmas<sup>10</sup>: exploração, marginalização, privação de poder, imperialismo cultural e violência. Nesse sentido, o quadro analítico sugerido por Fraser não poderia explicar a complexidade das realidades de opressão e de exploração e as dinâmicas das diferentes lutas concretas, ao propor uma lógica de oposição binária entre redistribuição e reconhecimento e justapô-la aos processos concretos de subjetivação. Contrariamente a essa lógica binária, a demanda de reconhecimento e as políticas de identidade, para Young, não estão em contradição com a demanda de justiça econômica, na medida em que contribuem para construir identidades capazes de lutar pela igualdade social. É o caso dos zapatistas ou do *black power*.

Assim, dado que a opressão cultural de grupos específicos é útil à opressão econômica, as duas reivindicações não estão em contradição: elas só estarão quando, em um processo concreto de luta, a política de afirmação da identidade (de raça, de gênero, de etnia, de religião) colocar em primeiro plano a expressão cultural enquanto objetivo em si, negligenciando com isso o papel da opressão cultural na reprodução de opressões econômicas estruturais. Finalmente, Young critica Fraser por atribuir ao marxismo apenas categorias de crítica da economia política e nenhuma categoria de crítica cultural, por postular assim uma nova

---

<sup>8</sup> A autora retomou e posteriormente desenvolveu sua posição em Fraser, 1997a e 2008, onde reproduz não apenas o debate com Iris Young, mas também a discussão que se deu em seguida com Judith Butler, mais uma vez nas páginas da *New Left Review*.

<sup>9</sup> Trata-se de uma referência à noção hegeliana de reconhecimento adotada por alguns defensores das políticas de identidade.

<sup>10</sup> Ou seja, “pentagonal”, como observa ironicamente Fraser (1997: 128) em sua resposta.

forma de oposição analítica entre o econômico e o cultural, e por reduzir o marxismo à análise e à crítica econômica do capitalismo.

Contrariamente às críticas de Young, a proposição de Fraser era e continua sendo motivada por um objetivo exatamente oposto, o de superar a separação entre o cultural e o econômico e de construir um quadro teórico capaz de revelar seu entrelaçamento. Desse ponto de vista, é difícil ver sua posição como uma versão da teoria dos dois sistemas, a não ser que se trate de uma versão inteiramente particular.

A utilização de dois paradigmas, redistribuição e reconhecimento, situa-se no quadro do debate filosófico contemporâneo sobre a justiça, e Fraser tenta mostrar – no mesmo terreno teórico que o de autores como Rawls, Habermas ou Honneth – a necessidade de superar na oposição entre esses dois paradigmas para elaborar uma concepção da justiça capaz de incluir os dois conjuntos que lhe são específicos. Essa tentativa decorre de tomada de consciência do perigo, amplamente confirmado a partir dos anos seguintes, da criação de uma divisão política crescente entre as políticas de identidade – e os movimentos ligados a elas – e as políticas e movimentos baseados na reivindicação de justiça econômica e social. A questão é bastante atual, quando se pensa que não apenas esse divórcio se aprofundou, mas que, de modo mais grave ainda, as políticas de identidade, dissociadas de qualquer reivindicação de justiça social, contribuíram para a fragmentação dos movimentos e dos processos de subjetivação, sem com isso contribuir para evitar o retraimento na identidade cultural ou religiosa de comunidades de imigrantes, favorecido pela marginalização social e econômica<sup>11</sup>. No entanto, esse é um problema que é preciso enfrentar para tentar compreender a maneira como os Estados se apropriam de palavras de ordem ligadas ao universalismo, ao laicismo ou à defesa dos direitos das mulheres para utilizá-las como instrumento de marginalização e de opressão das comunidades. Em outras palavras, trata-se de evitar que nosso universalismo também se torne uma fonte de opressão ao ser instrumentalizado pelo Estado.

Nancy Fraser propõe, portanto, um esquema conceitual que, no nível analítico, ajuda a compreender tanto as diferenças específicas entre as reivindicações de justiça baseadas na redistribuição e no reconhecimento quanto a possibilidade de sua articulação recíproca. Esse esquema fundamenta-se na distinção entre

---

<sup>11</sup> As políticas de identidade inclusive se tornaram recentemente um terreno de conquista da direita e da Igreja católica. Basta pensar na utilização explícita ou implícita do feminismo essencialista pela Igreja católica. Cf., por exemplo, a encíclica de João Paulo II, *Mulieris dignitatem*, ou ainda a “Carta aos bispos da Igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo”, escrita em 2004 pelo Papa atual, Joseph Ratzinger.

uma injustiça com raízes econômicas (exploração, espoliação, marginalização econômica) e uma injustiça com um caráter simbólico e cultural (dominação cultural, desprezo, falta de reconhecimento).

À luz desse esquema, pode-se afirmar que a opressão baseada na sexualidade não tem origem na economia política: “A sexualidade, em sua concepção, é uma modalidade de diferenciação social, cujas raízes não estão na economia política, dado que os homossexuais estão distribuídos em toda a estrutura de classe da sociedade capitalista, não ocupam uma posição específica na divisão do trabalho e não representam uma classe explorada. Seu modo de coletividade é antes o de uma sexualidade desprezada, está ancorado na estrutura de avaliação cultural da sociedade. Nessa perspectiva, a injustiça que sofrem é fundamentalmente uma questão de reconhecimento” (Fraser, 2008: 21).

Isso não significa absolutamente que a opressão baseada na sexualidade não tenha consequências materiais e econômicas importantes, como a marginalização nos locais de trabalho ou no sistema de saúde, ou que não tenha bases materiais. Trata-se antes de considerar a natureza específica de um conjunto de injustiças que não fazem parte das relações de produção, que não estruturam a divisão do trabalho e que, para serem superadas, necessitam de uma mudança de ordem simbólica. É à luz dessa especificidade que se deve compreender ainda o debate entre Fraser (1998:140-149) e Butler (1998: 33-44)<sup>12</sup>. O que Fraser critica de fato em Butler é o fato de não levar em conta a diferença entre o material e o econômico. É certo que Butler analisa os elementos materiais de que se nutre a “performance” de gênero e as instituições que apoiam a heterossexualidade normativa, assim como suas consequências na vida material das pessoas. Mas o que ela não leva em conta suficientemente, segundo Fraser, é o aspecto não material, mas econômico, a saber, a ligação entre “performance” do gênero e relações de produção capitalistas.

Ora, entre os dois polos da redistribuição e do reconhecimento, há também injustiças em que os dois aspectos aparecem entremeados: é o caso da opressão racial e da opressão das mulheres. Ambos têm raízes econômicas e são determinantes na divisão do trabalho sob muitos aspectos. No caso das mulheres, há uma divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, que atribui este último às mulheres como tarefa não remunerada, assim como uma hierarquia no interior da força de trabalho, sendo o gênero uma fonte de distinção entre setores de trabalho principalmente femininos, que pagam menos, e setores principalmente masculinos, que pagam mais. Contudo, esse é apenas um aspecto da opressão

---

<sup>12</sup> Ambos os artigos foram republicados em Fraser (2008).



das mulheres, pois, além disso, elas estão sujeitas a uma desvalorização de caráter simbólico e cultural que produz toda uma série de discriminações e violências: violência em casa, violência sexual, exploração sexual, mercadorização do corpo da mulher nas mídias, assédio. Assim como a opressão racial, a das mulheres requer, portanto, dois tipos de respostas, no âmbito da redistribuição e no âmbito do reconhecimento.

Fraser assinala, ao mesmo tempo, que essa dupla condição produz contradições. A reivindicação de justiça redistributiva implica, de fato, a eliminação da raça e do gênero como fundamento da discriminação, exigindo mudanças econômicas que possam levar à superação dessas identidades e da diferenciação operada em sua base. A reivindicação de reconhecimento, ao contrário, tende a valorizar essas diferenças e essas identidades, exigindo uma mudança na forma como elas são consideradas, da desvalorização para a valorização. Como combinar essas duas lógicas aparentemente tão opostas?

A resposta de Fraser consiste na distinção entre uma abordagem “afirmativa” e uma abordagem “transformativa”. A primeira propõe uma série de medidas em face das injustiças econômicas e culturais, que não põem em questão a estrutura que as produz (ver, por exemplo, as políticas de assistência, de caridade ou o multiculturalismo, que pressupõem a permanência dos grupos existentes tal como são). A abordagem transformativa, ao contrário, visa questionar a estrutura da qual decorrem as injustiças: é o caso do socialismo, que se fixa como meta a transformação das relações de produção e a superação da divisão em classes; e, no plano cultural, o caso da desconstrução, que se fixa como meta rearticular as relações de reconhecimento, atenuando ou eliminando as diferenciações entre os grupos.

É a esta última abordagem que pertence a teoria *queer*, que não se fixa como meta a reivindicação de uma identidade homossexual, transexual ou intersexual, mas sim a desconstrução da dicotomia homossexual/heterossexual via uma desestabilização de todas as identidades sexuais cristalizadas. A teoria *queer* pretende, portanto, desconstruir o gênero, do mesmo modo que o socialismo pretende desconstruir a classe: nem um nem outro tem como objetivo a manutenção e a afirmação da identidade de gênero e de classe, ainda que, na prática política, o problema da identidade se coloque para ambos. Esse caráter comum, que Fraser chama “transformativo”, oferece a base para uma possível combinação de socialismo e desconstrução, capaz de combater ao mesmo tempo a injustiça econômica e a injustiça cultural, e de dar respostas no âmbito da redistribuição e no âmbito do reconhecimento. Essa combinação é tanto mais necessária para Fraser na medida em que a opressão de gênero e a opressão racial são constituídas pelas duas formas de injustiça.

### **De um casamento infeliz a uma “união queer”?**

A necessidade de superar os atrasos acumulados pela teoria marxista em face da opressão das mulheres para propor uma teoria à altura da situação torna-se cada vez mais urgente à medida que a globalização capitalista afeta mais profundamente a vida das mulheres. Dado que o processo de feminização do trabalho acelerou-se fortemente com a globalização, o divórcio substancial entre marxismo e feminismo coloca dificuldades ainda mais graves. A análise da divisão sexual do trabalho, do papel da reprodução para o capitalismo, da maneira como a ideologia patriarcal se entrelaça com as dinâmicas da acumulação capitalista ainda não se integrou perfeitamente nem na crítica marxista da economia política nem na atividade e nos programas das organizações políticas da esquerda e dos movimentos sociais: isso representa um obstáculo muito grave à capacidade de compreensão e de intervenção na realidade. As questões da composição de classe e da relação entre capitalismo e opressão das mulheres deveriam, na verdade, ser tratadas por uma abordagem que não procure reduzir a complexidade dos problemas ou reorganizá-los segundo uma hierarquia das opressões ou das determinações.

Certas teorias, como o feminismo materialista (Delphy, 2009), tentaram pensar em termos de exploração do trabalho a relação atual entre mulheres e homens, compreendidos como classes antagônicas. Porém, o patriarcado como forma de organização de uma parte da produção há muito tempo deixou de assegurar essa função. O que restava foi subsumido pelo capitalismo. O processo não foi e não é linear. O capitalismo rompeu os vínculos econômicos baseados no patriarcado, mas preservou, utilizou e modificou profundamente e as relações de poder e a ideologia patriarcal. Desarticulou a família enquanto unidade de produção, mas a utilizou e transformou para garantir, a um preço bem inferior, o trabalho de reprodução da força de trabalho. Aqui, as relações de poder patriarcais mostraram sua utilidade.

Reconhecer que, nesse contexto, os homens – incluídos os homens da classe trabalhadora – tiraram e continuam a tirar um benefício relativo da opressão de gênero não equivale a fazer dos homens uma classe de exploradores, mas a compreender a complexidade que permite ao capitalismo incorporar e utilizar as relações de poder pré-capitalistas para criar hierarquias entre os explorados e os oprimidos, cavando fossos e erguendo barreiras. O mesmo ocorre com a questão da relação entre mulheres e trabalho, que, com o desenvolvimento do emprego das mulheres, se torna central não apenas do ponto de vista da divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, mas também do ponto de vista geral da divisão sexual do trabalho produtivo. A “feminização do trabalho” tem pelo menos dois significados. De um lado, implica o fato de que as mulheres participam de forma

crescente no trabalho de produção, o que é suscetível de modificar suas condições de vida assim como as formas em que a opressão das mulheres se manifesta. Mas, de outro lado, isso significa também que o emprego de uma força de trabalho feminina desempenha um papel essencial do ponto de vista do capital, enquanto meio de desqualificação de certos setores da produção, de redução do custo da força de trabalho, de agravamento das condições de trabalho e de introdução de formas de precariedade. Mais uma vez, não é possível compreender isso sem fazer referência ao papel fundamental da ideologia patriarcal – entendida como força material e, portanto, como conjunto de relações de poder patriarcais – e à forma como o capitalismo se apoderou dela, modificou-a e, em certos casos, criou-a.

Esse impasse pesa bastante no processo de subjetivação, na enorme dificuldade das mulheres de se mobilizar e de tomar a palavra, sobretudo no interior de organizações da esquerda marxista que continuam a se mostrar incapazes de pensar a classe como sexuada, e esquecendo que sexo e gênero são fatores poderosos de divisão ideológica e política, dos quais o capital tira proveito. Porém, mais do que nunca, a classe é sexuada, ou seja, a maneira como mulheres e homens vivem, sofrem a exploração e encontram estratégias de resistência, pessoal ou coletiva, não é necessariamente a mesma, e o problema da hierarquia entre trabalhador e trabalhadora é real. Subestimar esses aspectos seria esquivar-se de uma das questões fundamentais próprias a uma classe que, nos países ocidentais, é cada vez mais composta de mulheres e de mulheres imigradas.

O feminismo desenvolveu instrumentos essenciais de compreensão da realidade do gênero: em sua relação contraditória com a psicanálise, contribuiu para esclarecer o aspecto psicológico da opressão das mulheres e o papel das relações familiares na reprodução da divisão sexual de papéis, na construção do gênero e na consolidação e a perpetuação da heterossexualidade normativa. Levar em conta plenamente esses aspectos não implica abandonar uma abordagem materialista, mas sim entender a forma como as relações de poder e a ideologia patriarcal são interiorizadas, particularmente pelas mulheres, e agem em um plano que não é econômico, mas que tem efeitos decisivos do ponto de vista político. Fazer abstração desses elementos e não se indagar sobre as formas organizacionais e os momentos políticos mais propícios para enfrentar essas dificuldades acabaria com qualquer esperança de abrir um verdadeiro espaço democrático em que as mulheres pudessem se envolver e participar.

Trata-se de ler as intersecções entre gênero, classe e raça e de decifrar a relação complexa entre os elementos patriarcais arcaicos que subsistem em estado de fantasmas em um mundo capitalista globalizado e aqueles que, ao contrário, foram inteiramente integrados, utilizados e transformados pelo capitalismo. Isso

requer uma renovação do marxismo, capaz de ir além da oposição entre cultural e econômico, entre material e ideológico. Um projeto político que vise a criação de um novo movimento operário não pode deixar de se indagar sobre o modo como gênero e raça exercem uma influência sobre a composição social da força de trabalho e sobre sua subjetivação política enquanto classe. Esta necessita superar a questão da “opressão primeira” que dividiu movimentos feministas e movimento operário nas últimas décadas. O que é interessante não é tanto saber se a contradição entre capital e trabalho é mais importante ou mais “primeira” que a opressão das mulheres, e sim compreender a maneira como ambas se encontram hoje inteiramente imbricadas nas relações de produção capitalistas e no conjunto das relações de poder do capitalismo, o que dá lugar a uma realidade complexa. Será preciso, como nos recomenda Nancy Fraser, em vez de querer negá-la, criar um paradigma anal capaz de apreender o conjunto dessa complexidade.

## Bibliografia

- ARTOUS, Antoine (1999). Opression des femmes et capitalisme. *Critique communiste*, n. 154. Disponível em: [www.europe-solidaire.org/spip.php?article2758](http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article2758).
- BARRET, Michele Barrett (1984). Rethinking women's oppression: a reply to Brenner and Ramas. *New Left Review*, n. I/146, Londres.
- \_\_\_\_\_. (1980). *Women's Oppression Today: Problems in Marxist Feminist Analysis*, Londres: Verso.
- BRENNER, Johanna & RAMAS, Maria (1984). Rethinking women's oppression. *New Left Review*, n. I/144, Londres.
- BUTLER, Judith (1998). Merely cultural. *New Left Review*, n. 227, Londres.
- DALLA COSTA, Mariarosa (1973). *Le pouvoir des femmes et la subversion sociale*. Genève: Adversaire.
- DELPHY, Christine (2009). *L'Ennemi principal*. Paris: Syllepse.
- DEL RE, Alisa (2008). Produzione/riproduzione. In: *Lessico marxiano*. Rome: Manifestolibri.
- EAGLETON, Terry (1991). *Ideology: An Introduction*. New York-Londres: Verso.
- FRASER, Nancy (2008). *Adding Insult to Injury*. New York-Londres: Verso.
- \_\_\_\_\_. (1998). Heterosexism, misrecognition and capitalism: a response to Judith Butler. *New Left Review*, n. 228, Londres.
- \_\_\_\_\_. (1997). A rejoinder to Iris Young. *New Left Review*, n. 223, Londres.

- \_\_\_\_\_. (1997a). *Justice Interruptus*. Critical Reflections on the “Postsocialist” Condition. New York-Londres: Routledge.
- \_\_\_\_\_. (1995). From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘post-socialist’ age. *New Left Review*, n. 212, Londres.
- HARTMANN, Heidi (1981). The unhappy marriage: towards a more progressive union. In: SARGENT, Lydia. *Women and Revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End Press.
- MITCHELL, Juliet (1978). *Psychoanalyse et féminisme*. Paris: Des Femmes.
- SARGENT, Lydia (1981). *Women and Revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End Press.
- TRAT, Josette (1997). Engels et l’émancipation des femmes. In: LABICA, Georges Labica & DELBRACCIO, Mireille (orgs.). *Friedrich Engels, savant et révolutionnaire*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_. (1998). Les femmes dans les luttes et dans les mouvements sociaux. *Pénélopes.org*. Disponível em: [www.penelopes.org/xarticle.php?id\\_article=5291](http://www.penelopes.org/xarticle.php?id_article=5291)
- YOUNG, Iris (1997). Unruly categories: a critique of Nancy Fraser’s dual systems theory. *New Left Review*, n. 222, Londres.
- \_\_\_\_\_. (1981). Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. In: SARGENT, Lydia. *Women and Revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism*. Boston: South End Press.